Circuito cultural sustentável da cidade de Santo André

MARIA ROSANA FERREIRA NAVARRO*

HISTÓRICO POR VIA DE PENETRAÇÃO

O município de Santo André, situado acima da Serra do Mar, possui uma história vinculada aos caminhos de penetração ao interior do Estado de São Paulo vindos do litoral. No começo da colonização do Brasil, os portugueses e demais países daquela época, século 16, tinham interesse em explorar as riquezas minerais como ouro e prata.

Nesse período, a busca de metais foi um dos fatores que impulsionou as entradas para o interior. Fazendo parte desta história, os padres jesuítas. Destacadamente o bandeirante português João Ramalho que passou a ser chave na formação da Vila de Santo André da Borda do Campo, pois conhecia as tribos locais (índios guaianases) e conseguia comunicar-se com elas. A vila foi oficializada somente em 8 de abril de 1553.

Devido aos ataques constantes dos índios carijós (inseridos na Confederação dos Tamoyos apoiados pelos franceses) à vila, no ano de 1560, foi ordenada a transferência dos habitantes desta vila para uma região geograficamente mais protegida colaborando para a formação da Vila São Paulo de Piratininga (já ocupada pelos índios tupiniquins) alavancando o seu desenvolvimento e pondo fim ao povoado histórico anterior.

Até hoje não se sabe ao certo onde foi instalado este primeiro povoado. A documentação deste período encontra-se arquivada na cidade de São Paulo. Supõe-se que partiram da Vila de São Vicente, percorreram o Vale do Rio do Cubatão e chegaram num local que hoje se chama Vila de Paranapiacaba.

RESSURGIMENTO DA CIDADE DE SANTO ANDRÉ

A cidade de Santo André de hoje ressurgiu no século 19, novamente como caminho de penetração ligando o litoral ao planalto paulista, pela passagem da Estrada de Ferro São Paulo Railway, que começou a ser construída em 1860 com tecnologia e apoio técnico dos ingleses. Para interligar Santos à cidade de Jundiaí (interior paulista). Este trajeto, por percorrer uma grande área da atual Grande ABC, despontou na formação de vários núcleos urbanos na região. Esta estrada foi inaugurada em fevereiro de 1867 [1].

O atual centro histórico de Santo André surgiu neste mesmo ano formado por um povoado ao redor da estação férrea São Bernardo. Em 1889 foi criado o município de São Bernardo abrangendo toda região do Grande ABC. E no ano seguinte, passou a ser formado o primeiro povoado do atual território jurídico de Santo André, denominado Alto da Serra ou Vila de Paranapiacaba. Neste mesmo período, pelo fato desta cidade conter várias estações ferroviárias e áreas lindeiras disponibilizadas com incentivos fiscais atraiu empreendedores industriais marcando o desenvolvimento da região com significativa mão de obra de imigrantes.

A oficialização do nome de Santo André foi em 1938 e determinado a transferência da sede de São Bernardo para Santo André, em 1939, com todos os distritos que compunha a região do Grande ABC [15]. Contudo, esta área não permaneceu integrada, pois em 1945, São Bernardo do Campo foi emancipado. Em seguida, em 1949, São Caetano. E finalmente, em 1953, Mauá e Ribeirão Pires [1].

SITUAÇÃO GEOGRÁFICA E AS VIAS DE PENETRAÇÃO

Santo André geograficamente é uma região com um relevo que varia de levemente ondulado ao mais acidentado (declives e colinas) envolvido por uma rica rede hidrográfica. Sua prosperidade está vinculada à implantação das indústrias tornando-a, juntamente com as demais cidades do Grande ABC, um dos mais importantes polos industriais do país [1].

Segundo Pedro Blum, as vias de penetração (a Estrada de Ferro, a Estrada do Mar, a Via Anchieta e Rodovia dos Imigrantes) tinham somente como objetivo o escoamento da produção para São Paulo e litoral, e não para maior interação entre as cidades. Ou seja, a comunicação entre elas não existia. A região do ABC foi constituída como local de passagem [2].

Desta forma, a lógica da ocupação destas cidades industriais e operárias fora vista sempre como uma região para instalação de fábricas, sem elos de identificação para a formação cultural [2].

A ORIGEM DA PROPOSTA DO CIRCUITO CULTURAL SUSTENTÁVEL

Nasceu da necessidade de reconhecimento do seu patrimônio histórico dentro da área urbana de Santo André e com isso, valorizá-lo. A busca da evolução histórica identificou a via de penetração que liga o centro da cidade de Santo André com a área de proteção aos mananciais. Sua localização corresponde ao início da Avenida Capitão Mário de Toledo de Camargo, no bairro de Vila América, estendendo-se até o final desta avenida, no bairro Jardim Santo André.

Esta via está situada geograficamente em um fundo de vale que percorre o Córrego Guarará, canalizado a céu aberto em sua maior dimensão e parcialmente oculta nos trechos para as transposições viárias e pelas estações de ônibus.

Estas estações estão integradas às faixas lindeiras do corredor de ônibus, das vias marginais do córrego, que corresponde à Avenida Capitão Mário Toledo de Camargo e que estão interligadas ao Terminal da Vila Luzita.

HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO DESTA REGIÃO PERIFÉRICA

As nascentes do Córrego Guarará são próximas do limite da Macrozona de Proteção Ambiental e seu percurso

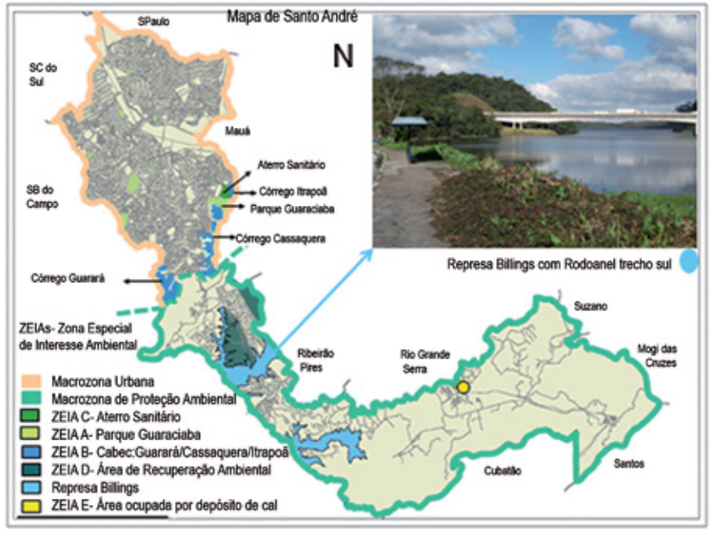

Figura 1 - Mapa de Macrozonas e ZEIAs de Santo André
Mapa da Prefeitura Municipal de Santo André - Revisão Plano Diretor

termina ao desembocar no Rio Tamanduateí, que segue paralelamente à ferrovia, berço dos núcleos que formaram a cidade.

Portanto, este caminho vem do centro da cidade de Santo André e chega num local que antigamente era conhecido como Bairro Guarará, composto por espaços rurais e indícios de loteamentos. O primeiro loteamento, em 1938, foi na Vila Luzita, área considerada distante e periférica de Santo André [3].

Naquela época era um recanto campestre e com atrativos naturais, destacando-se um lago com uma pequena ilha no centro. Era espaço de lazer com ênfase aos famosos caramanchões com mesas de piquenique.

A primeira linha de ônibus que passou a interligar a Vila Luzita à estação ferroviária foi à partir de 1940. Mesmo assim, somente nas décadas de 1950 e 1960 os loteamentos foram ocupados e, com mais intensidade, nos anos de 1970, por favelas. Com a expansão da área urbana esta via passou a ser vislumbrada como vetor de crescimento, isto é, para ocupação de moradias [10].

A FORMAÇÃO DA REPRESA BILLINGS

Outra característijca marcante desta região foi a formação da Represa Billings, na área conhecida como Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais (APRM) pela Lei 9.866/1997 [6], em que parte dela está contida na Macrozona de Proteção Ambiental do Plano Diretor do Município de Santo André, 2004, Lei Municipal 8.696 [4].

A área ocupada atualmente pela Represa Billings foi inundada a partir de 1927, com a construção da Barragem de Pedreira, no curso do Rio Grande. O projeto foi implementado pela antiga Light (hoje Eletropaulo), para aproveitar as águas da Bacia do Alto Tietê para gerar energia elétrica na Usina Hidrelétrica de Henry Borden, em Cubatão.

No início dos anos de 1940 começou o desvio das águas do Rio Tietê e seus afluentes para o reservatório Billings ampliando a vazão da represa para aumentar a capacidade de geração de energia elétrica desta usina hidrelétrica. Esta operação mostrou-se importante nas ações de controle de enchentes e de afastamento dos efluentes industriais e esgoto gerado pela cidade em crescimento [5].

Devido ao elevado crescimento populacional e industrial da Grande São Paulo, por volta das décadas de 1950 a 1970, a Represa Billings adquiriu grandes trechos poluídos. Apenas os braços Taquecetuba e Riacho Grande são utilizados para abastecimento de água potável pela Sabesp [5].

Esta represa tem aproximadamente 100 quilômetros quadrados e sua bacia hidrográfica estende-se por mais de 500 quilômetros quadrados, nos municípios de Ribeirão Pires, Diadema, Rio Grande da Serra, São Bernardo do Campo, Santo André e São Paulo [7].

O PIONEIRISMO DA REGIÃO AO CONTROLE DA POLUIÇÃO

Destaca-se uma iniciativa pioneira da Região do ABC em relação ao controle da poluição. Segundo relato de Antonio Pezzolo, em 1955 instalou-se uma refinaria de petróleo no ABC e as primeiras descargas no Rio Tamanduateí degradaram suas águas de tal maneira que mesmo os industriais não conseguiam tratá-la para seu próprio uso, para fins de produção. Estes mesmos empresários solicitaram medidas para solucionar o problema ao Departamento de Água e Esgoto de Santo André, na Estação Guarará, então já existente [2].

Com a formação de um grupo de trabalho para levantar as fontes de poluição, surgiu uma lei, em 1957, criando a Comissão de Controle da Bacia do Tamanduateí, tendo como integrantes os industriais e representantes dos municípios de Santo André, São Caetano, São Bernardo e Mauá [2].

Os primeiros recursos disponibilizados para tal partiram da Prefeitura Municipal de Santo André. Com o crescimento rápido, no início dos anos de 1960, esta comissão passou a agregar o controle da poluição do ar criando-se a Comissão Intermunicipal de Controle da Poluição das Águas e do Ar (CICPAA).

Posto que nada se sabia sobre o assunto, dois técnicos foram enviados para os Estados Unidos para conhecer a tecnologia por eles empregada e as referências da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Enfim, em 1964 foi feito um convênio com a OMS e passando a receber equipamentos e um consultor permanente. De 1965 a 1971 foi iniciado o controle, com bastante intensidade, na região do ABC e alguns trabalhos na região metropolitana, principalmente com relação à poluição do ar.

Em 1971, o governo do Estado de São Paulo, necessitando desenvolver um programa de controle de poluição da água e do ar, recorreu à única tecnologia a esse respeito na América Latina, que era justamente a desta equipe do Grande ABC [2].

Assim, as atividades da CICPAA, no início da década de 1970, foram incor-

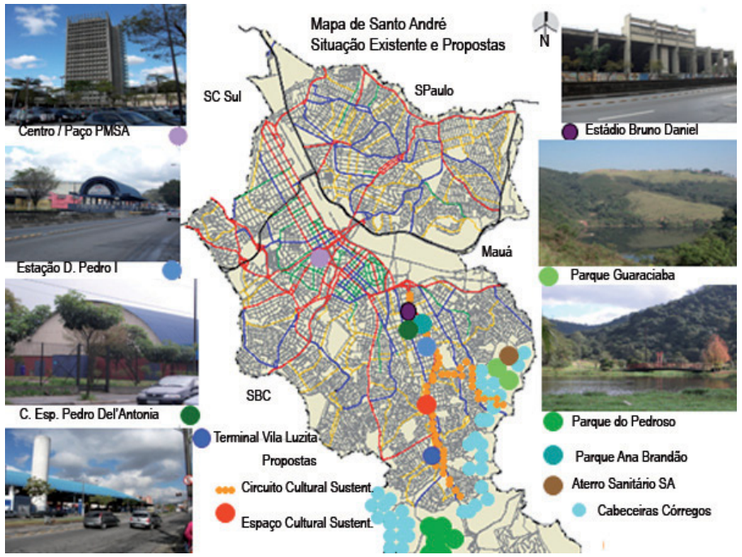

Figura 2 - Mapa da Situação Existente e Propostas para Santo André
Mapa da Prefeitura Municipal de Santo André- Revisão Plano Diretor

poradas pela Superintendência de Saneamento Ambiental (Susam), vinculada à Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo.

Em 1975, estas atividades foram transferidas à Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb), em que parte das estações, denominadas manuais, continua sendo utilizada pela Cetesb no monitoramento da qualidade do ar [8].

Atualmente, um trabalho científico feito pelo Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André (Semasa), em parceria com a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), com o Instituto de Pesquisa Energéticas e Nucleares da USP, com o Instituto de Botânica de São Paulo e com a Cetesb, está completando nove anos em Santo André. Trata-se do projeto de biomonitoramento do ar, forma alternativa e mais barata para o controle da poluição atmosférica. No caso de Santo André, a planta utilizada é a Tradescantia pallida, ou "coração-roxo", que ajuda a supervisionar a qualidade do ar, com o objetivo de mapear as regiões mais poluídas da cidade. A partir de 2007, o trabalho passou a ser regional, com os novos pontos de análise instalados em estações da Cetesb de São Bernardo, Mauá e São Caetano do Sul [16].

O RESGATE DA HISTÓRIA E DA IDENTIDADE NA FORMAÇÃO DA CIDADE

A necessidade de entrelaçar o passado, o presente e o futuro estão em reverter os equívocos e fortalecer os sucessos. Na frase de Sócrates: "Conhece-te a ti mesmo", entende-se que somente assim, você poderá melhorar-se e aprimorar-se. Projetando esta frase para o coletivo, conheça a sua história e melhore, ou altere, o seu rumo.

Há tempos, um pequeno grupo busca incessantemente resgatar a origem e o percurso da história da cidade de Santo André. Contudo, apesar de admitir que desde a década de 1990 até os dias recentes ao ano de 2010 houve muitos melhoramentos e reconhecimentos histórico-sociais, a história da cidade permanece escondida pela deficiência da leitura cronológica que o cenário urbano apresenta. Esta releitura é fundamental para rever posturas, pois dela poder-se-á intervir com mais legitimidade.

A PROPOSTA DA OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA

Partindo-se deste amplo histórico da implantação das indústrias e as consequências da poluição e de áreas de proteção ambiental surge a proposta da "Operação Urbana Consorciada Vila América-Jardim Santo André". Vale esclarecer, que pelo Estatuto da Cidade, Lei nº 10.157/2001 [9], sobre as operações urbanas consorciadas, passa-se a estabelecer uma área para transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental.

Esta área está contida na Macrozona Urbana composta por galpões (que poderão ser preservados como referência histórica), residências, espaços permeáveis, locais esportivos e de lazer, equipamentos institucionais, restando terrenos desocupados e algumas áreas remanescentes de obras viárias.

Ainda suas construções permanecem com número reduzido de pavimentos. Possui uma excelente infraestrutura de transportes públicos com via exclusiva. A via expressa possui boa pavimentação para veículos e poder-se-á acrescentar ciclovia. A iluminação, saneamento básico (água e esgoto), abastecimento de alimentos são bastante convidativos. Existem obras para melhoria de drenagem em certos pontos, favorecendo os benefícios desta região.

Sua valorização foi acentuada com a implantação do Terminal de Ônibus da Vila Luzita, compondo-se com as estações distribuídas pela Avenida Capitão Mário Toledo de Camargo nas transposições do Córrego Guarará. Seu acesso favoreceu as benfeitorias de serviços e comércio, acelerando o interesse de diversos empreendedores, sedentos de áreas para a expansão de seus negócios.

A transformação desta área está incrivelmente veloz requisitando um planejamento adequado para equilibrar a multiplicidade de ações com qualidade de vida e respeito ao meio ambiente, principalmente pelo fato de fazer limite com a Macrozona de Proteção Ambiental.

A meta desta operação urbana é dinamizar mais um caminho de penetração – isto é, integração – contida numa estrutura viária, partindo-se de um viés educativo-cultural sustentável para a transformação social e na preservação ambiental com prosperidade.

Portanto a definição estratégica do uso e ocupação do solo visa viabilizar o "Circuito Cultural Sustentável" estabelecendo uma graduação entre a vida urbana consolidada e a vida ambiental a ser preservada. Este gradiente entre as duas macrozonas do município de Santo André terá como finalidade promover a conscientização das pessoas que moram, trabalham e transitam por esta avenida, quanto à importância da identificação, proteção, conservação relativa aos aspectos sociais, ambientais, culturais e econômicos.

Serão incentivados processos educativos na dinâmica social como apresentações musicais, culinária, artes plásticas, artesanato, poesia, espetáculos teatrais, exposição de filmes e demais atividades econômicas de âmbito local, pois a cidade como todo espaço construído é resultado da produção social.

Os objetivos específicos serão: estabelecer o desenvolvimento local possibilitando abranger outras dimensões espaciais; fortalecer a atração turística da Área de Preservação Ambiental servindo como elo, sendo abastecido pelos comércios, serviços e infraestrutura turística; incentivar a preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental urbano; ampliar e articular os espaços de uso público, como também a inclusão social.

Também serão incentivadas as atividades esportivas no estádio Bruno José Daniel, no Parque da Juventude Ana Brandão, no Clube Aramaçan, no Complexo Esportivo Pedro Dell'Antonia e nas demais entidades esportivas situadas na região. Nesta própria avenida estão sendo implantados novos empreendimentos e outros estudos estão sendo elaborados para que fortaleçam esta proposta de intervenção de sustentabilidade ambiental, cultural e econômica na melhoria do desenvolvimento local social, como também, na geração de trabalho e renda para desempregados e para novas recolocações.

ESPAÇO CULTURAL SUSTENTÁVEL

Num destes galpões poder-se-á ser implantado o "Espaço Cultural Sustentável" para servir como alicerce para a multiplicação da educação ambiental por meio de manifestações artísticas e culturais. Será integrada a Avenida Capitão Mário Toledo de Camargo e a Avenida D. Pedro I, por uma passagem em forma de calçadão, para expandir as atividades educativas e convidativas para o convívio social, como o fortalecimento do trabalho artesanal com material reciclado.

Neste mesmo espaço cultural sustentável ou mesmo em locais adjacentes, se valorizará a restauração de móveis e utensílios e a capacitação destas práticas para a preservação do patrimônio cultural e conscientização ambiental da comunidade.

A implantação de oficinas com ferramentais inerentes a cada especificidade de atividades a serem desenvolvidas poderão compor-se com espaços para exposições e até mesmo lojas para comercialização dos produtos confeccionados pelos aprendizes, livrarias, restaurantes, que poderão ser utilizadas como oficinas de culinária para reaproveitamento de insumos nutricionais.

Com salas para palestras, auditório para filmes alternativos, para peças de teatro com retóricas culturais e referências de conservação estendendo considerações a respeito do meio ambiente. Serão expandidos a sua área externa com oficinas de jardinagem, horticultura e cultivo de ervas medicinais.

CONEXÃO COM AS ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE AMBIENTAL

É bastante pertinente ao se tratar de área muito próxima da área de preservação ambiental destacar a necessidade de legislação e medidas específicas para manter sua ocupação com desenvolvimento local sustentável e como referência regional. No Plano Diretor de 2004 dentro desta área de intervenção são contempladas as ZEIAs (Zona Especial de Interesse Ambiental).

A ZEIA A – Corresponde ao Parque Guaraciaba foi chamado de "Tancão da Morte". Este espaço foi transformado no Parque Guaraciaba, situado no setor leste do município de Santo André que faz limite com o município de Mauá. O parque é considerado uma microbacia hidrográfica de drenagem, possuindo 510 580 metros quadrados de área verde, com 70 000 metros quadrados de vegetação remanescente da Mata Atlântica, várzea e lago com 400 000 metros quadrados de espelho d'água, armazenando 1,4 milhão de metros cúbicos de água resultante de escavações de mineração no passado, cuja cava atingiu o lençol freático, que é alimentado por diversas nascentes [11].

Sugere-se o resgate do parque para o uso da população e com um caráter temático nos esportes radicais e como ecoturismo para divulgá-lo e propiciar competições inserindo-o na agenda esportiva regional ou até mesmo, nacional. E ancorando o desenvolvimento local para atender as demandas solicitadas pelos esportistas e turistas propiciando-se sua extensão às demais modalidades esportivas.

A ZEIA B – Corresponde às Cabeceiras dos córregos Guarará, Cassaquera e Itrapoã solicitando ações mais específicas para sua preservação.

A ZEIA C – Corresponde ao Aterro Sanitário/ Área de Recuperação Ambiental – o Complexo do Aterro Municipal de Santo André, constantemente em evidência por estar com sua capacidade quase esgotada em sua função. Este complexo, na última avaliação feita pela Cetesb em 2002 foi classificado com índice IQR=9,3 (a nota máxima é 10). Lá estão os seguintes equipamentos: (1) aterro sanitário; (2) unidade de tratamento de resíduos líquidos percolados; (3) usina de triagem de recicláveis; (4) unidade de tratamento de resíduos infectantes, considerada referência na destinação dos resíduos sólidos urbanos. Também é considerada modelo para outras cidades brasileiras [12].

Embora este complexo seja referência em muitos aspectos, é necessário agilizar o conserto do biodigestor para transformação de energia e pulverizar mais ações de reaproveitamento dos resíduos – como também dinamizar mais áreas para compostagem.

Estes dois locais dentro da área urbana referentes à ZEIA A (Parque Guaraciaba), foi aprovado a REVISÃO DO PLANO DIRETOR em 2012, que acrescenta no artigo das ZEIAs, o parágrafo único: em que fica criado o Parque Ecológico de Guaraciaba. Os demais embasamentos deste trabalho permanecem inalterados, valendo as referências do Plano Diretor de 2004 [16] e à ZEIA C (Aterro Sanitário), são considerados importantes para se comporem com o "Circuito Cultural Sustentável" por meio de uma alça de acesso, podendo mesmo ser uma via de ligação existente. Esta via desembocará na Avenida Valentim Magalhães, que provavelmente conectar-se-á com o Rodoanel Sul.

INSTRUMENTOS LEGAIS QUE FAVORECEM ESTAS PROPOSTAS

A política nacional de resíduos sólidos (Lei nº 12.305/2010), vem consolidar a presente proposta, pois introduziu-se na legislação a "responsabilidade compartilhada", envolvendo a sociedade, as empresas, as prefeituras e os governos estaduais e federal na gestão dos resíduos sólidos.

A proposta prevê que a União e governos estaduais poderão conceder incentivos à indústria de reciclagem. Pela nova política, os municípios só receberão dinheiro do governo federal para projetos de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos depois de aprovarem seus planos de gestão.

Os consórcios intermunicipais para a área de lixo terão prioridade no financiamento federal. As cooperativas de catadores de material reciclável foram incluídas na "responsabilidade compartilhada", devendo ser incentivadas pelo poder público [13].

Todas estas características, instrumentalizações, normas, leis e iniciativas serão consolidadas se houver a participação de todos os atores sociais tanto governamentais, empresas, instituições sem fins lucrativos quanto a sociedade civil. A Gestão da Política Urbana possui um Sistema Municipal de Planejamento de Gestão composto pelo Conselho Municipal de Política Urbana, Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano e Sistema de informações Municipais [9]. As secretarias da prefeitura devem compor com todos estes para fortalecer as ações na construtividade e prosperidade deste circuito para a elaboração da legislação que regerá esta Operação Urbana Consorciada.

Outra medida que fortalece esta proposta está contida nos Princípios do Equador de 2002, que estabelecem critérios mínimos para concessão de crédito internacional de projetos que incorporem em suas estruturas o desenvolvimento de formas socialmente e ambientalmente responsáveis e sustentáveis. Como gestão de risco ambiental, proteção à biodiversidade e adoção de mecanismos de prevenção e controle da poluição, proteção à saúde, à diversidade cultural e étnica e adoção de sistemas de segurança e saúde ocupacional, eficiência na produção, distribuição e consumo de recursos hídricos e energia e uso de energias renováveis.

Para os bancos brasileiros, a responsabilidade socioambiental deixou de ser meramente filantropia para se tornar um nicho atrativo de negócios, além de um componente importante do conceito conhecido como governança corporativa, que prega maior transparência e profissionalismo nas empresas e respeito aos acionistas minoritários. O Unibanco foi o primeiro banco de país em desenvolvimento a aderir, em julho, quando o acordo completava um ano, logo seguido pelos concorrentes brasileiros Itaú e Bradesco em agosto e setembro, respectivamente, e, por último, pelo Banco do Brasil.

A finalidade desta proposta é harmonizar todos os fatores que compõem o desenvolvimento e disciplinã-los para prevenir a irreversibilidade da ocupação. Para garantir medidas eficazes para proteção, conservação e valorização do patrimônio cultural e natural, é fundamental inseri-las numa função social e na vida da coletividade. Estas intervenções, segundo a Declaração de Adelaide, visam à criação de ambientes favoráveis à saúde; desenvolvimento de habilidades; e reforço da ação comunitária [14].

** **Maria Rosana Ferreira Navarro** é arquiteta e urbanista, especialista em saúde ambiental, pós-graduada em Infraestrutura Urbana, Planejamento e Alternativas Tecnológicas pela Escola Politécnica da USP, especialista em Projetos de Parcelamento do Solo em Loteamentos e Conjuntos Habitacionais pelo IPT, consultora da Mais Projetos*
E-mail: rosana_navarro@globo.com

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

(1) KLEEB, Suzana Cecília. Santo André, a Vila e o Município. Revista das comunidades de língua portuguesa. nº 19. edição especial dedicada a João Ramalho nos 450 anos de Fundação da Villa de Santo André da Borda do Campo. (2003)
(2) Anais Do I Congresso de História do ABC. Santo André, PMSA, 1990.
(3) MÉDICI, Ademir. Migração, urbanismo e cidadania: a história de Santo André contada por seus personagens. PMSA, 1992.
(4) PLANO DIRETOR DE SANTO ANDRÉ, 2004, Lei nº 8.696. Disponível em: http://www.santoandre.sp.gov.br/BN_CONTEUDO.ASP?COD=5214- acesso em 14 de janeiro de 2007 >. Acesso em 13 de janeiro de 2007.
(5) BILLINGS HISTÓRICO. Disponível em: http://www.mananciais.org.br/site/mananciais_rmsp/billings/ahistbill- acesso em 02/08/2010.
(6) LEI Nº 9.866/2997. Diretrizes e normas para proteção e recuperação das bacias hidrográficas dos mananciais de interesse regional do estado de São Paulo. Disponível em: http://www.mananciais.org.br/upload_/lei_estadual_9866_97.pdf- acesso em 03/08/2010.
(7) O QUE FAZEMOS\CAPTAÇÃO DE ÁGUA\ REPRESA BILLINGS. Disponível em: http://www.sabesp.com.br/CalandraWeb/CalandraRedirect/?temp=4&proj=sabesp&pub=T&db=&docid=1A79663C3EE0D06D832571AE006ED94B- acesso em 02/08/2010.
(8) HISTÓRICO DA CETESB. Disponível em: http://www.cetesb.sp.gov.br/Ar/ar_historico.asp- acesso em 03/08/2010.
(9) BRASIL. ESTATUTO DA CIDADE. Lei 10.257/2001. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em 28 de março de 2007.
(10) PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO. PMSA, 2006. Represa Billings. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Represa_Billings- acesso em 02/08/2010.
(11) EM DEFESA DO PARQUE GUARACIABA. Disponível em: www.psolsp.org.br/santoandre/?p=225 -acesso em 03/08/2010
(12) COMPLEXO DO ATERRO SANITÁRIO. Disponível em: http://www.semasa.sp.gov.br/scripts/display.asp?idnot=177- acesso em 03/08/2010.
(13) ESTAÇÃO NOTÍCIA, ano 12, nº 758, 30/07/2010 (Jornal Local do Município de Santo André). VAI A SANÇÃO A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS. Disponível em: http://www.senado.gov.br/noticias/verNoticia.aspx?codNoticia=103389&codAplicativo=2 -acesso em 06/08/2010.
(14) DECLARAÇÃO DE ADELAIDE, abril de 1988, OPAS. Disponível em:<http://www.opas.org.br/coletiva/uploadArq/Adelaide.pdf>. Acesso em 14 de janeiro de 2007.
(15) HISTÓRIA DA CÂMARA. Disponível em: http://www.cmsandre.sp.gov.br/legislativo/historia.htm- acesso em 14/07/2010
(16) REVISÃO DO PLANO DIRETOR, LEI nº 9.394/2012. Disponível em: http://www2.santoandre.sp.gov.br/sites/default/files/LEI_No_9.394_DE_05_DE_JANEIRO_DE_2012.pdf- acesso em 25/04/2012.

REFERÊNCIAS ICONOGRÁFICAS

[1] MAPAS. Prefeitura Municipal de Santo André. Link Revisão Plano Diretor. Disponível em: http://www2.santoandre.sp.gov.br/ - acesso em 10 de agosto de 2010.
[2] FOTOS. Imagens fotográficas da autora.

Como será o ano 2025?

ADILSON LUIZ GONÇALVES
é engenheiro, mestre em educação, escritor, compositor e professor universitário
E-mail: algbr@ig.com.br

Quando eu vivi na França, havia uma música que perguntava a crianças como seria o mundo, quando elas tivessem 20 anos, em 2001.

Lembrei-me dela sem motivo, mas resolvi fazer um exercício de futurologia e imaginar o que aconteceria por volta de 2025, se passarmos por 2012. Quais seriam as novidades?

Harrison Ford estrelaria mais um filme da série Indiana Jones: *Eu Sou a Relíquia*. Sylvester Stallone emplacaria *Rocky XXX: Porrada na Melhor Idade*. Macaulay Culkin tentaria obter financiamento para uma nova versão de *Esqueceram de Mim*, mas, todos perguntariam: "quem?". A saga *Crepúsculo* teria mais uma continuação: *Obscurecer: Vampiros na Política*, que fracassaria no Brasil, pois todos já conhecem a história... Lucélia Santos voltaria à telinha com *O Retorno da Escrava Isaura*, produzida e exibida só em Cuba. O Kid Abelha regravaria pela enésima vez as músicas de seu primeiro disco. Uma emissora de televisão promoveria um campeonato denominado "Salvadores da América", em que só times com o nome de certa agremiação paulistana poderiam se inscrever... Maradona finalmente seria reconhecido como o "maior" ídolo da história do futebol, depois de fazer um implante ósseo de 50 centímetros em cada perna! São Paulo não teria mais congestionamentos: os congestionamentos é que teriam São Paulo! Os Estados Unidos inventariam mais uma ou duas guerrinhas, para "aquecerem" sua economia.

Nada disso é imprevisível, considerando o presente e o passado. No entanto, em vez de repetir, reformar, forçar ou fazer infinitas variações sobre o mesmo tema, no que poderíamos inovar e sobrepujar?

Seria possível voltar a ter músicas e intérpretes de qualidade na mídia, sem repetir o passado ou empurrar goela abaixo "ídolos" tão fabricados quanto descartáveis? Ou abolir programas sensacionalistas e "reality shows" na TV?

As pessoas teriam condições de educação, cultura, trabalho e saúde suficientes para não mais dependerem da "caridade" da mídia ou da "tosquia" de mistificadores? As elites entenderiam que a maior ameaça à sua segurança está na arrogância e desprezo com que alguns de seus "ícones" tratam os que não são seus "iguais", mesmo quando travestidos de benemerentes? Apenas pessoas competentes e bem intencionadas seriam eleitas ou nomeadas para cargos públicos? As crianças seriam educadas sem preconceitos e fanatismos, em vez de perpetuarem medos, rancores e ódios seculares?

Bem... Não sei como será o mundo em 2025. Só sei que, hoje, estamos formando quem, lá, legará as consequências de nossos atos e omissões!

Se quisermos um futuro melhor para eles é preciso mudar para melhor já em 2012! E continuar em 2013, 2014, 2015...

A internet e a expressão

A Rede Mundial foi criada com objetivos militares: manter interligação entre sistemas de forma redundante, em relação aos meios de comunicação convencionais.

Não demorou muito para que o meio acadêmico, que ajudou a desenvolvê-la, também a utilizasse para pesquisas científicas. Então, num átimo, ela já estava nas ruas, mais especificamente nas redes de telefonia, pela pré-histórica conexão discada.

O povo caiu na rede! Estar "conectado", aliás, passou a ser uma questão de cidadania!

Como toda ferramenta de comunicação, no entanto, ela também pode ser mal utilizada, contribuindo para alienar, desinformar, fanatizar... Uma faca corta o pão, mas também pode matar!

Nesse âmbito, ela não é diferente do rádio, da televisão, do jornal, pois tudo depende de como ela é utilizada por quem produz ou consome os materiais nela disponíveis.

A grande diferença da internet é que ela talvez seja o único meio verdadeiramente democrático, na medida em que você pode divulgar ideias e compartilhar informações de forma direta, com baixo custo. A Rede Mundial – com suas interconexões planetárias, mecanismos de busca e tradutores on line cada vez mais sofisticados – permite que um vídeo caseiro ou texto pessoal alcancem milhões de acessos em poucos dias, transformando anônimos em celebridades.

Não é à toa que governos e grandes corporações monitoram ou restringem o acesso a redes de relacionamento, pois delas saíram vários dos movimentos populares atuais. Também não é por acaso que muito "lixo" intencional nela é depositado.

O curioso é que, até bem pouco tempo, as pessoas buscavam o "mundo virtual" como fuga do real, para ter uma segunda vida. Agora, muitos buscam a internet para transformar a realidade, trocando a alienação onírica pelo protagonismo histórico.

Informação quase infinita! Opiniões de todo tipo!

Só que nem toda informação ou autor são confiáveis ou legítimos, e a possibilidade de libertação das convenções morais e religiosas, e da timidez, propiciada pela "proteção" da distância física pode transformar riscos virtuais em tragédias reais.

O uso da Rede Mundial, portanto, envolve maturidade e discernimento.

Como ficam os jovens nesse contexto? Eles, que já "nascem" conectados na internet, como minha geração nasceu ligada na televisão?

Eles são mais interativos. Mas nem sempre têm noção de limites e consequências.

Então, como orientar sem doutrinar? Como deixar expressar sem reprimir? Como evitar que o mundo virtual se transforme num refúgio, num vício, num mergulho às vezes sem volta no vazio? Afinal, no mundo real, como no virtual, é muito fácil se perder em labirintos.

Cabe aos pais e educadores terem consciência de que é preciso conhecer esses caminhos, para ajudar a moldar o caráter de quem irá trilhá-los.